

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

CPI da Previdência Social

Investigar a contabilidade da Previdência Social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Presidente: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Senador Hélio José (PMDB/DF)

Senado Federal, Brasília, 25 de maio de 2017.

Expositor: Júlio Miragaya, Presidente do Cofecon.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Por uma
Previdência Social
justa e ética**

Nota conjunta

CNBB-OAB-COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB e o Conselho Federal de Economia-COFECON, conscientes da importância da Previdência Social para o povo brasileiro, e preocupados com a proposta de reforma encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional, vêm, conjuntamente, reiterar sua posição sobre a Reforma da Previdência-PEC 287/2016.

Nenhuma reforma que afete direitos básicos da população pode ser formulada, sem a devida discussão com o conjunto da sociedade e suas organizações.

A Reforma da Previdência não pode ser aprovada apressadamente, nem pode colocar os interesses do mercado financeiro e as razões de ordem econômica acima das necessidades da população.

Os valores ético-sociais e solidários são imprescindíveis na busca de solução para a Previdência.

As mudanças nas regras da Seguridade Social devem garantir a proteção aos vulneráveis, idosos, titulares do Benefício de Prestação Continuada-BPC, enfermos, acidentados, trabalhadores de baixa renda e trabalhadores rurais.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Atenção especial merecem as mulheres, particularmente na proteção à maternidade.

Sem números seguros e sem a compreensão clara da gestão da Previdência, torna-se impossível uma discussão objetiva e honesta, motivo pelo qual urge uma auditoria na Previdência Social.

Não é correto, para justificar a proposta, comparar a situação do Brasil com a dos países ricos, pois existem diferenças profundas em termos de expectativa de vida, níveis de formalização do mercado de trabalho, de escolaridade e de salários.

No Brasil, 2/3 dos aposentados e pensionistas recebem o benefício mínimo, ou seja, um salário mínimo e 52% não conseguem completar 25 anos de contribuição.

A PEC 287 vai na direção oposta à necessária retomada do crescimento econômico e da geração de empregos, na medida em que agrava a desigualdade social e provoca forte impacto negativo nas economias dos milhares de pequenos municípios do Brasil.

É necessário que a sociedade brasileira esteja atenta às ameaças de retrocesso.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

A ampla mobilização contra a retirada de direitos, arduamente conquistados, perceptível nas últimas manifestações, tem forçado o governo a adotar mudanças.

Possíveis ajustes necessitam de debate com a sociedade para eliminar o caráter reducionista de direitos.

As entidades infra firmadas convidam seus membros e as organizações da sociedade civil ao amplo debate sobre a Reforma da Previdência e sobre quaisquer outras que visem alterar direitos conquistados, como a Reforma Trabalhista.

Uma sociedade justa e fraterna se fortalece, a partir do cumprimento do dever cívico de cada cidadão, em busca do aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Brasília, 19 de abril de 2017.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Conselho Federal de Economia (COFECON)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Destrinchando a contrarreforma
da Previdência Social**

**As “malandragens”
do Governo:**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

1. Cria um falso déficit, mediante subtração das receitas previdenciárias:

DRU - R\$ 120 bilhões/ano

Isonções previdenciárias – 40 bilhões/ano

Sonegação fiscal - R\$ 50 bilhões/ano

Estoque dos débitos – R\$ 300 bilhões

(ANFIP)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

2. Propõe a contrarreforma durante uma crise conjuntural

As Despesas Primárias, antes da crise, se mantinham estáveis:

16,8% (2002)

passaram a 18,2% (2010)

caíram para 17,3% (2013)

e foram a 18,0% (2014)

...saltaram para 19,8% (2016)

(Secretaria do Tesouro Nacional)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Os benefícios previdenciários, idem:

6,9% (2006)

6,6% (2010)

6,7% (2013)

6,8% (2014)

...saltaram para 8,1% (2016)

(Secretaria do Tesouro Nacional)

A Previdência Urbana teve superávit de R\$ 94,6 bilhões de 2011 a 2014. Em 2016, teve déficit de R\$ 46 bi

(Ministério do Planejamento)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

3. Sugere igualar a idade mínima de aposentadoria no Brasil com a dos países ricos

Porque não iguala os gastos do Setor Público com os desses países?

EUA: 37,7%

Alemanha: 44,0%

Suécia: 50,2%

Itália: 50,3%

França: 57,0%

(OCDE - Valor Econômico)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

4. Insinua “gastança” com pessoal

Os gastos com pessoal da União, que eram de 31,8% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2002, passaram a 32,3% da RCL em 2015

(Secretaria do Tesouro Nacional)

Mas omite que as renúncias fiscais mais que dobraram de 1,7% do PIB em 2007 para 4,0% em 2016

R\$ 284 bilhões

(Banco Votorantim – Valor Econômico)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

5. Mente dizendo que será bom para o povo

Com a contrarreforma, a maioria dos trabalhadores não se aposentará sequer aos 65 anos, pois não completaria 25 anos de contribuição

“76% dos aposentados por idade hoje não estariam aposentados se essa regra estivesse em vigor”

(Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do DIAP)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

6. Dureza com o povo....generosidade para os banqueiros, rentistas e especuladores

“O deficit nominal do setor público em 12 meses (março/17) totalizou R\$ 580 bilhões, 9,17% do PIB. Desse montante, a conta de juros representou R\$ 432 bilhões, ou 6,83% do PIB”

(Banco Central)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

7. Para garantir transferências aos capitalistas, governo aplica política de corte de direitos sociais e de gastos:

“O investimento público no 1º trimestre de 2017 teve queda real de 61% em relação ao mesmo período de 2016”

(Ministério da Fazenda - Valor Econômico)

E faz suas “pedaladas fiscais”:

“O Governo retira R\$ 3,54 bilhões do Fundo Soberano do Brasil (FSB) para mascarar o contingenciamento de R\$ 42 bilhões”

(Prof. José Luiz Oreiro, UnB - CB)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Mas o que o povo pensa das contrarreformas?

Da Trabalhista:

Os trabalhadores terão mais direitos: 13%

Os trabalhadores terão os mesmos direitos: 24%

Os trabalhadores terão menos direitos: 63%

Sobre os salários:

Vão aumentar: 18%

Vão diminuir ou ficar como estão: 82%

(Datafolha)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

E da Previdenciária?

A favor: 24%

Contra: 76%

E entre os que se dizem informados:

A favor: 22%

Contra: 78%

(Datafolha)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

O que diziam, em 2015, os maiores defensores da contrarreforma sobre mudanças na Previdência Social propostas por Dilma:

Arthur Maia (PPS/BA), Rodrigo Maia (DEM/RJ), Darcísio Perondi (PMDB/RS) e Antônio Imbassahy (PSDB/BA)

O que faz Temer para aprovar a contrarreforma?

Compra votos

O que vem por aí?

**Restauração da escravidão no campo,
desmantelamento de Unidades de Conservação,
expropriação das Terras Indígenas.**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

O que está em jogo?

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

“Nossa pinguela é para chegar a 2019 com um Presidente da República com uma certa qualidade, chegar com algum sucesso na causa primeira de todos os problemas que vivemos nesses anos todos, que foi a Constituição de 1988. Quer dizer, reescrever a Constituição. E aí sim, tirando – não via limite de gasto, tal e coisa - do núcleo central os direitos, as obrigações do Estado, tudo isso que a gente sabe.”

(Luiz Carlos Mendonça de Barros – Valor Econômico)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

“Um enfraquecimento maior do presidente Temer, um presidente com capacidade reduzida para endereçar as reformas, poderá levar a um rebaixamento da nota do país. Mas se poderá reafirmar o rating atual se a equipe econômica tiver apoio suficiente no Congresso para continuar a implementar a agenda de reformas.”

(Agência de Risco S&P Global – Valor Econômico)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

O “pulo do gato” da contrarreforma:

Previdência Privada

Quem tem Previdência Privada no Brasil:
(Renda Familiar Mensal)

Acima de R\$ 10.000,00 – 27%

De R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00 – 21%

De R\$ 2.000,00 a R\$ 5.000,00 – 13%

Até R\$ 2.000,00 - 4%

(Datafolha)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Apresento o documento:

**“O Novo Modelo Atuarial do
Governo Federal para o RGPS:
As Inconsistências Permanecem”**

**Que desnuda e denuncia as
“malandragens” do Governo**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Elaborado por uma qualificada equipe de técnicos:

Cláudio Puty (PhD em Economia / UFPA)

Denise Gentil (Doutora em Economia / IE-UFRJ)

Solon de Carvalho (Doutor em Produção Automática / INPE)

Carlos Frances (Doutor em Matemática Computacional /UFPA)

Marcelino da Silva (Doutor em Eng^a Elétrica / UFPA)

Patrick da Silva (Doutor em Eng^a Elétrica / UFPA)

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

1. Introdução
2. Projeções: ausência de dados e de cálculos para explicar os resultados finais apresentados nas planilhas
3. O modelo do governo superestima as despesas previdenciárias:
 - . O problema da correção do Salário Mínimo
 - . As projeções populacionais superestimam a população idosa
4. O modelo do governo subestima as receitas previdenciárias:
 - . As estimativas para as variáveis do mercado de trabalho são estáticas
 - . O cálculo do PIB, a relação salário/PIB e a produtividade do trabalho
5. Erros de projeção
6. Principais inconsistências nas equações do modelo
 - . A incompletude na construção das equações
 - . Inconsistências nas informações das tabelas
 - . Problemas nas equações do modelo
7. A tendência a cair do valor das aposentadorias acima do piso
8. Conclusões

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Em síntese, o documento denuncia que o Governo projeta um quadro de caos no Sistema...

Superestimando a previsão de gastos previdenciários, mediante a superestimação da população idosa futura

e

Subestimando a previsão de receita previdenciária, mediante a subestimação da previsão de crescimento do PIB

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Denuncio que o modelo elaborado pelo
Governo para justificar a contrarreforma
da Previdência Social é**

Falso

**A tramitação da PEC 287 deve ser
imediatamente interrompida**

**O Congresso Nacional deve instituir uma
equipe técnica qualificada e independente
para elaborar um novo modelo atuarial.**

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

GRATO

www.cofecon.org.br

